“QUEM NÃO LUTA, TÁ MORTO”

Uma análise histórica da experiência econômica e comunitária do Movimento dos Sem-Teto do Centro – MSTC São Paulo (2000 – 2016)[1]

Donizeti Redondo Sanches[2]
Universidade de São Paulo (USP)
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História Social

Apresentação

A pesquisa aborda o problema estrutural da crise habitacional brasileira, manifestada na profunda contradição entre um déficit crônico de 5.964.993 residências e a existência de um estoque de 7.351.000 propriedades desocupadas, das quais 85% são imediatamente habitáveis. Este paradoxo demonstra que o problema da moradia não é de escassez, mas de distribuição e de uma lógica de mercado que privilegia a especulação imobiliária em detrimento do direito humano à moradia. Diante da ineficácia do Estado em garantir esse direito, o Movimento dos Sem-Teto do Centro (MSTC) emerge como um agente de transformação, utilizando as ocupações urbanas como uma ferramenta de luta e uma forma de resistência ativa, um contraponto direto ao processo de criminalização dos movimentos sociais.

Objetivo Central

O objetivo central é analisar a experiência política do MSTC no período de 2000 a 2016 a partir das memórias e vivências de seus militantes e lideranças. O trabalho busca compreender como esses sujeitos, historicamente marginalizados, constroem sua agência na disputa pelo direito à cidade, explorando sua percepção sobre a política, a estrutura do Estado e as políticas públicas de habitação.

Fundamentação Teórica e Metodologia

1. Fui orientando do Prof. Dr. Marcos Antônio da Silva, entre os dias 28/07/2022 e 31/03/2024. A partir de 15/04/2024 passei a ser orientado pelo Prof. Dr. Everaldo de Oliveira Andrade.

2 Contato: donizetiredondo@usp.br.

O estudo se fundamenta na perspectiva da História Social, dialogando com autores como Edward Palmer Thompson e Eric Hobsbawm, para analisar a formação de classe e a agência dos sujeitos populares a partir de suas experiências cotidianas. A pesquisa também se articula com a História do Tempo Presente, dado o seu caráter historicamente recente, e com a Antropologia Urbana, para captar a complexidade do enraizamento das lutas na vida urbana. O método central é a História Oral, que valoriza as narrativas dos protagonistas – incluindo o próprio autor – como fontes primárias legítimas, permitindo uma sistematização de suas experiências de vida.

Principais Contribuições

A pesquisa contribui para a historiografia dos movimentos sociais e urbanos, desnaturalizando a criminalização da pobreza e dos movimentos, e oferecendo uma perspectiva interna sobre a luta por moradia. Destaca-se a análise do protagonismo feminino e a discussão, a partir do arcabouço do Dr. Manoel Del Rio, do conceito de "estado de necessidade" e sua distinção da "desobediência civil", evidenciando as diferentes lógicas que sustentam a resistência popular.

1. Introdução

A presente pesquisa propõe uma incursão crítica e histórica no universo das lutas por moradia na cidade de São Paulo, concentrando-se na experiência política do Movimento dos Sem-Teto do Centro (MSTC) no período de 2000 a 2016. A cidade de São Paulo, uma das maiores metrópoles globais, é um palco emblemático das contradições inerentes ao desenvolvimento urbano sob o capitalismo periférico. A coexistência de um déficit habitacional de milhões de moradias com um vasto estoque de imóveis ociosos, mantidos com fins puramente especulativos, não é um acidente, mas o reflexo de um projeto histórico e estrutural que relega o direito humano fundamental à moradia aos ditames de um mercado excludente. O MSTC, ao atuar no epicentro dessa contradição, questiona a lógica que transforma a moradia em mercadoria e a vida em estatística de vulnerabilidade.

Este trabalho se insere, metodológica e politicamente, como um contraponto às narrativas hegemônicas que tendem a criminalizar os movimentos sociais. Ao invés de uma história “feita de cima” — a partir de políticas públicas e decisões estatais —, o

trabalho busca construir uma história “a partir de baixo”, dando voz e agência aos sujeitos que, no cotidiano da luta, moldam a si mesmos e à cidade em que vivem. A imersão etnográfica e a História Oral, como pilares metodológicos, permitem que a pesquisa se ancore na experiência vivida dos militantes e lideranças, validando suas memórias e narrativas como fontes de conhecimento legítimas. A trajetória do próprio autor, marcada pela precariedade habitacional e pelo engajamento militante, é assumida como um elemento constitutivo da pesquisa, demonstrando que a experiência pessoal é indissociável dos processos históricos mais amplos e que a análise social pode ser enriquecida quando o lugar de fala[3] é reconhecido como ferramenta analítica.

Ao analisar a visão de mundo dos sem-teto, essa perspectiva se torna especialmente relevante. A experiência de ser "sem-teto" não é apenas a falta de um lugar para morar, mas uma vivência de exclusão e precariedade que molda a percepção de mundo. Lideranças e militantes, como Carmem Silva, que se sentiu uma “refugiada no próprio país” ao chegar em São Paulo, constroem sua agência a partir dessa experiência. A luta por moradia, para eles, é um meio de reivindicar dignidade e um "pertencimento à cidade". A fala desses militantes não é um discurso abstrato, mas uma expressão concreta da luta por direitos, que ganha força e legitimidade precisamente porque vem de um lugar social de marginalização e resistência. RIBEIRO (2017) afirma que, ao reivindicarem o direito a ter voz, esses grupos estão reivindicando o direito à própria vida.[4]

2. Problema de Pesquisa: A Tensão Estrutural entre Dignidade e Especulação Urbana

O problema central desta investigação reside na análise de como, diante da negação sistemática do direito à moradia digna, as ocupações urbanas se configuram como estratégias políticas e sociais de resistência. A questão se desdobra na compreensão de um cenário complexo, onde o déficit habitacional quantitativo e qualitativo coexiste com a abundância de imóveis vazios, revelando a falência do modelo de gestão urbana atual.

2.1 O Paradoxo do Défice Habitacional e o Estoque de Imóveis Ociosos

3 RIBEIRO, D. O que é: lugar de fala?. Belo Horizonte (MG): Letramento, 2017
4 Idem.

O Brasil enfrenta uma crise habitacional paradoxal e profundamente enraizada em sua estrutura socioeconômica. Segundo dados da Fundação João Pinheiro e do IBGE, o país apresenta um défice de aproximadamente 5.964.993 residências, enquanto paradoxalmente mantém cerca de 7.351.000 propriedades desocupadas. Esta justaposição de números não é uma coincidência, mas a materialização da lógica especulativa do capital imobiliário, que trata a moradia não como um bem de uso, mas como um ativo financeiro e uma reserva de valor. Esse cenário resulta em uma “escassez fabricada” onde, apesar da existência de moradias, a população de baixa renda é impedida de acessá-las devido à elevação artificial dos preços e dos aluguéis.

A violência estrutural desse sistema, que condena milhões de pessoas a viver em condições sub-humanas em cortiços, favelas ou nas ruas, pode ser lida sob a perspectiva de "assassinato social", como sugerido por Friedrich Engels. A ausência de uma política pública efetiva para a habitação não é uma falha administrativa, mas o resultado de um processo que, historicamente, empurrou os mais pobres para as periferias e justificou a repressão e criminalização aos movimentos que lutam por seus direitos. A cadeia de eventos é clara: a acumulação de imóveis ociosos alimenta a especulação, o que eleva os preços e impede o acesso à moradia. Esta situação, por sua vez, leva à organização de movimentos sociais e à prática de ocupações. Em resposta, o Estado e a mídia hegemônica, em um esforço de justificar a repressão, promovem a criminalização dessas ações e de seus protagonistas. O objetivo subjacente a essa criminalização é deslegitimar a luta e defender o direito de propriedade em detrimento da função social.

2.2 O Desafio de Narrar a História dos Subalternizados

O trabalho se propõe a contar a história do MSTC a partir das memórias de seus protagonistas, incluindo o próprio autor, “desde dentro”. Este é um desafio metodológico e ético, pois a historiografia tradicional, muitas vezes, silencia as vozes das classes populares, priorizando as narrativas oficiais e os registros institucionais. Ao assumir sua própria história de precariedade e engajamento como parte da documentação, o autor rompe com a neutralidade acadêmica convencional, transformando o "lugar de fala" em uma ferramenta analítica legítima e politicamente engajada. A pesquisa, portanto, demonstra que a experiência pessoal não é apenas um pano de fundo, mas um elemento indissociável dos processos históricos mais amplos. A escolha de um método que valoriza

a memória dos militantes é um gesto de insurgência política e epistemológica, que busca preencher uma lacuna na produção acadêmica sobre o tema.

3. Diálogo Teórico

A presente pesquisa se insere em um campo de pesquisa interdisciplinar, estabelecendo um diálogo com diferentes áreas das ciências humanas para construir uma análise robusta e multidimensional. A investigação não se limita à história, mas se beneficia dos aportes da Antropologia Urbana, da Sociologia dos Movimentos Sociais e da Economia Política, buscando oferecer uma compreensão que transcende a mera descrição dos fatos.

3.1 A Lente da História Social e a Agência das Classes Populares

A pesquisa se baseia nos historiadores da História Social, como Edward Palmer Thompson e Eric Hobsbawm. A obra de Thompson, especialmente "A Formação da Classe Operária Inglesa", oferece uma chave interpretativa crucial ao definir a classe não como uma “coisa” ou uma categoria fixa, mas como um “processo histórico vivido” que “acontece” na luta social. Essa abordagem é essencial para entender como os militantes do MSTC, a partir de suas experiências de vida em cortiços e na rua, constroem uma identidade coletiva e uma consciência política. Hobsbawm, por sua vez, complementa ao analisar as “formas arcaicas de movimentos sociais” e a produção cultural dos “rebeldes primitivos”, ajudando a contextualizar as práticas de resistência que emergem nas margens do poder. O uso dessas referências permite à dissertação ir além da mera descrição dos fatos para analisar a “gramática política” que emerge da cultura popular e as “lógicas próprias de ação política” que dão sentido às ocupações. A luta por moradia é, nesse sentido, um campo de invenção política e de reinvenção da cidadania.

4. Questões de Pesquisa

- O MSTC se utiliza das ocupações urbanas como estratégias de luta e resistência política contra um modelo de cidade que privilegia a especulação imobiliária em detrimento da moradia digna. Essas ocupações emergem como uma resposta direta à crise habitacional brasileira, que coexiste com um vasto estoque de imóveis ociosos. O movimento atua como um contraponto à criminalização dos

movimentos sociais.

- A percepção de política, Estado e direito à cidade é construída a partir da experiência de vida de militantes e lideranças. As narrativas de vida dos militantes mostram como suas experiências de migração, precariedade habitacional (em cortiços e em situação de rua) e exclusão social se transformam em consciência política. A luta por moradia se torna, assim, uma forma de superar a sensação de ser um "refugiado no próprio país". As ocupações urbanas são vistas como uma ferramenta de empoderamento e pertencimento, onde os participantes compreendem que são "sujeitos de direitos".

- O MSTC se articula internamente com dinâmicas de organização, como a mobilização em torno do “estado de necessidade”, um conceito utilizado para justificar a ocupação como uma ação legítima e necessária diante da omissão do Estado em garantir o direito à moradia. A pesquisa também destaca o protagonismo feminino, com cerca de 70% dos militantes sendo mulheres, que se envolvem na luta por serem as principais responsáveis pela proteção e cuidado de suas famílias.

5. Metodologia de Pesquisa: A História como Luta, a Luta como História

A metodologia adotada é fundamentalmente qualitativa, de caráter empírico e etnográfico. A pesquisa se apoia em um tripé metodológico que une a História Oral, a pesquisa de campo e a análise documental.

5.1 A História Oral como Ponto de Partida

O método da História Oral é a espinha dorsal do trabalho, pois busca sistematizar as experiências de vida de homens e mulheres a partir de suas próprias narrativas. A transcrição literal e sem correções gramaticais das falas é defendida pelo autor, que considera qualquer alteração uma violação da autenticidade e da voz dos interlocutores. Os relatos de Carmem Silva e Neti, que detalham suas trajetórias de migração, precariedade habitacional (vivência em cortiços e situação de rua) e engajamento político, são as principais fontes primárias do estudo. A partir dessas

narrativas, o trabalho busca compreender a construção de um "sentimento de pertencimento" e a superação da sensação de "refugiado no próprio país".

5.2 A Etnografia do Vivido

A pesquisa adota um caráter etnográfico, com "observação de campo" e "entrevistas semiabertas" com os militantes. O envolvimento do pesquisador no MSTC e na Frente de Luta por Moradia (FLM) por mais de vinte e cinco anos é um diferencial metodológico, permitindo uma análise que não se limita à distância, mas que se enraíza na experiência compartilhada. O trabalho de campo não é apenas uma coleta de dados, mas um processo de imersão e de diálogo que molda a própria perspectiva do pesquisador, transformando sua vivência pessoal em fonte de conhecimento.

5.3 Fontes e Análise

As fontes primárias são compostas por entrevistas com lideranças e militantes, assim como previsto no plano inicial da pesquisa. As fontes secundárias incluem a vasta bibliografia citada na dissertação, que abrange desde a História Social até a produção acadêmica brasileira sobre urbanismo, movimentos sociais e história contemporânea. A análise se dará por meio de agrupamento temático, confrontando as narrativas com o referencial teórico.

6. Estrutura do Trabalho: O Percurso da Dissertação

A dissertação está organizada em cinco capítulos, cada um com um objetivo específico, para construir um argumento coeso e progressivo.

O **Capítulo I, "Quem não luta, tá morto",** trata sobre a trajetória do MSTC, desde sua fundação no ano 2000 até 2016. O capítulo examina suas principais conquistas, como a consolidação de ocupações e a ampliação de seu reconhecimento político, mas também enfrenta os obstáculos recorrentes, como a violência policial, a criminalização dos movimentos e as tensões em torno das políticas habitacionais. A análise abordará ainda a forma como o MSTC se posicionou diante do chamado "golpe de 2016", situando suas práticas no contexto de retrocesso democrático e de redefinição das políticas sociais no Brasil. Ao final, serão discutidas as ambiguidades dos programas habitacionais: ao

mesmo tempo em que contribuem para reduzir parte do déficit, podem reforçar mecanismos de segregação e de mercantilização do espaço urbano.

O **Capítulo II, "Uma Cidade em Disputa",** propõe-se a refletir sobre as origens históricas e sociológicas das lutas por habitação no Brasil. A análise mobiliza a tradição da História Social, com autores como E. P. Thompson e Eric Hobsbawm, bem como as contribuições da Antropologia Urbana, representada por Magnani e Gilberto Velho. O objetivo é rastrear as raízes da segregação socioespacial brasileira, compreendendo como a urbanização, marcada pelo que se convencionou chamar de "capitalismo periférico", produziu uma paisagem urbana profundamente desigual. Nesse cenário, os movimentos de moradia emergem como expressão de resistência enraizada nas condições concretas da vida urbana. O capítulo enfatiza que a cidade não é um espaço neutro ou homogêneo, mas um campo de confrontos, no qual se travam disputas entre projetos antagônicos de sociedade.

Capítulo III. "A Luta Por Moradia e Seus Protagonistas", concentra-se na escuta atenta das narrativas de vida de militantes, lideranças e ex-lideranças do MSTC, que constituem os fios condutores desta investigação. O objetivo é compreender como experiências individuais de migração, precariedade habitacional — seja em cortiços, seja em situação de rua — e exclusão social se transformam em consciência política e engajamento coletivo. Ao acompanhar essas trajetórias, busca-se evidenciar que o ingresso no movimento de moradia representa não apenas uma estratégia de sobrevivência, mas também um processo de politização que produz pertencimento à cidade, permitindo superar a dolorosa sensação de ser um "refugiado em seu próprio país". Analisará ainda, sob a ótica da História Social e da História Oral, as narrativas de vida e militância de membros do Movimento dos Sem Teto do Centro (MSTC). A adesão ao movimento é impulsionada pela necessidade premente de moradia digna, em decorrência de condições de vida precárias. O MSTC, fundado em 2000, surgiu de dissidências de outros movimentos e teve a participação fundamental de mulheres em sua liderança. A ocupação de imóveis abandonados é apresentada como a principal ferramenta de luta, visando denunciar a especulação imobiliária e promover a ressocialização e

políticas públicas para as famílias. O movimento enfrenta constantes embates políticos com o Estado e o setor imobiliário, além de uma relação complexa com a mídia, que inicialmente os rotula como "invasores". As mulheres exercem um papel central e protagonista na mobilização e organização, superando desafios internos como o machismo no próprio movimento. A justificativa legal para as ocupações é o "estado de necessidade", um excludente de ilicitude que legitima a busca por direitos básicos previstos na Constituição Federal.

O Capítulo IV, Minhas memórias, este capítulo explora a trajetória de vida do autor, desde a precariedade habitacional na infância em São Paulo até o engajamento em movimentos de moradia. A narrativa, inspirada na História Social e Oral, conecta as experiências individuais de exclusão e migração às dinâmicas de uma urbanização desigual. Detalha a vida em cortiços e as dificuldades da periferia, moldando uma consciência política forjada na adversidade. O envolvimento no Movimento de Moradia do Centro (MMC) representou a transformação da luta pessoal em ação coletiva por direitos. Assim, o capítulo oferece um testemunho situado que ressalta a persistência na busca por moradia digna e justiça social, reafirmando a dignidade frente à exclusão.

Por fim, o **Capítulo V, "As Lutas por Moradia no Brasil",** desenvolve o aparato conceitual que sustenta a análise. Esse capítulo articula a leitura crítica de autores como Engels, Boulos e Maricato com as reflexões do advogado e militante Dr. Manoel Del Rio, que oferece uma interpretação singular sobre as causas estruturais da crise habitacional e o papel ambíguo do Estado. A distinção proposta por Del Rio entre "estado de necessidade" — entendido como a luta pela efetivação de direitos constitucionalmente reconhecidos — e "desobediência civil" — concebida como uma tática de classe — constitui um ponto crucial da discussão, pois ilumina a base moral e jurídica da ação dos movimentos sociais. Nesse capítulo, também se destacará o protagonismo feminino no MSTC, a partir do dado de que aproximadamente 70% de seus militantes são mulheres, evidenciando como a luta por moradia se entrelaça com a luta pelo reconhecimento de gênero. A análise examinará ainda os processos de formação de consciência coletiva e a produção de solidariedade em contextos de adversidade. As considerações finais reafirmam que a luta por moradia constitui não apenas uma reivindicação material, mas

também um campo de resistência política, de reinvenção da cidadania e de produção de novos sentidos para a vida coletiva na cidade.

Para encerrar este trabalho, é importante reconhecer que o movimento social aqui historicizado não está isento de tensões, divergências internas e conflitos de interpretação quanto a estratégias, lideranças e formas de organização. Como toda experiência coletiva e plural, ele é atravessado por disputas, negociações e diferentes projetos políticos que, em determinados momentos, produzem desinteligências e fraturas. Essas dinâmicas, longe de desqualificarem o movimento, revelam sua vitalidade democrática e a complexidade própria das organizações populares que se constroem na prática cotidiana da luta. Todavia, a ênfase desta análise recai deliberadamente sobre aquilo que os une: a defesa do direito à moradia digna, a afirmação da função social da propriedade e a construção de formas solidárias de pertencimento urbano. Ao privilegiar os elementos de convergência — a experiência compartilhada da precariedade habitacional, a organização coletiva e a produção de novos sentidos de cidadania — busca-se evidenciar a força agregadora que sustenta o movimento ao longo do tempo. Assim, sem ignorar as contradições internas, opta-se por destacar o horizonte comum que articula trajetórias diversas em torno de um projeto coletivo de transformação social.

Referências Bibliográficas:

BAER, Werner. A Economia Brasileira. São Paulo: Nobel, 1996

BARBOSA, Nelson. A inflexão do governo Lula: política econômica, crescimento e distribuição de renda. Mimeo.

CASTELLS, Manuel. A Questão Urbana. [Trad. Arlene Caetano] 4. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1983.

CARDOSO, F. H. (1971). Dependência e Desenvolvimento na América Latina. Rio de Janeiro: Editora José Olympio.

ENGELS, Friedrich. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. São Paulo: Boitempo, 2008.

HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume. (2005).

HOBSBAWM, Eric J . O presente como História. In: Sobre a história. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.243-255.

HOBSBAWM, Eric J. Rebeldes Primitivos: estudos sobre formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX. São Paulo: Paz e Terra, 1978.

HOBSBAWM, Eric J. Bandidos. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

KOWARICK, Lúcio. (1979). A espoliação urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Morais, 1991.

MARICATO, Hermínia. Brasil, cidades. Alternativas para a crise urbana. Brasília: Vozes, 2001.

MARICATO, E. O impasse da política urbana no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Livro I. São Paulo: Nova Cultural, 1867.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Manual de história oral. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

RIBEIRO, Djamila. O que é: lugar de fala?. Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017. 112 p. (Coleção Feminismos Plurais)

ROLNIK, R. Guerra de lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

THOMPSON, E. P. A formação da classe operária inglesa. São Paulo: Paz e Terra, 1963.

VELHO, G. 2002. A Utopia Urbana: um estudo de antropologia social. Rio de Janeiro: Zahar Editores.